



Circular

N/REF^a: 33/2012
DATA: 13/04/2012

ASSUNTO: *Seminário “Os Serviços e a Competitividade da Economia”*

Exmos. Senhores,

Na sequência do Seminário “Os Serviços e a Competitividade da Economia” realizado no passado dia 10 de Abril, junto se envia as apresentações relativas aos temas “*Linhas Gerais do Estudo*” e “*Internacionalização da Economia Portuguesa: Clarificar objectivos, redefinir estratégias, criar instrumentos de política pública eficazes*”

Com os melhores cumprimentos,

A Secretária-Geral

Ana Vieira



**INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA: CLARIFICAR
OBJECTIVOS, REDEFINIR ESTRATÉGIAS, CRIAR INSTRUMENTOS DE
POLÍTICA PÚBLICA EFICAZES***

Conclusões – Dr. José António Cortez

NOTA INTRODUTÓRIA

A CCP está empenhada em dinamizar uma reflexão e um amplo debate, isento de condicionalismos corporativos ou de grupo e sem preconceitos teóricos ou doutrinários, de qualquer natureza, sobre o **modelo económico** para o nosso país e sobre as melhores formas que temos de nos integrar na economia global em que nos inserimos. O que aqui vos apresentamos, a concluir este encontro (sem pretender que o mesmo assuma carácter de conclusões), são reflexões e contributos que poderão, naturalmente, ser enriquecidos com outras sugestões e propostas que, nomeadamente, todos os aqui presentes, que nos queiram fazer chegar.

O estudo que hoje vos foi apresentado constitui, sem dúvida, um excelente contributo, fruto do trabalho de uma equipa com elevada competência na matéria, mas não está estruturado com o objectivo de ser uma palavra final ou constituir uma abordagem fechada sobre o tema. Pensar a economia sem ser como um conjunto de princípios e regras abstractas, mas procurando a partir da sua própria inserção espacial e das dinâmicas que daí resultam, é uma das suas linhas orientadoras, o que abre portas para novos campos de análise e para novas metodologias de trabalho. O estudo está, como sempre esteve, aberto à participação de todos (e é de relevar os contributos dados por associações e empresas do sector), tendo como

* Texto apresentado pela CCP no encerramento do encontro “Os Serviços e a Competitividade da Economia”, realizado em Lisboa a 10/04/2012 e em que foi divulgado o estudo com o mesmo título coordenado pelo Dr. Félix Ribeiro.



verdadeira finalidade ir ao encontro das necessidades do sector e contribuir para uma economia mais competitiva e ao serviço do desenvolvimento do país.

Assim, o que aqui queremos, a concluir este encontro, deixar registado são apenas **linhas de força** de uma estratégia que consideramos necessária para o país e, também, um conjunto de **propostas** mais concretas, necessárias para que os objectivos pretendidos possam ser finalmente atingidos.

1ª Linha de Força:

A CCP está convicta de que é necessário e incontornável reconverter o **modelo económico do país**, de modo, sem dúvida, a termos uma economia mais aberta ao exterior, mas que, simultaneamente, esteja mais autocentrada nos recursos e nos factores produtivos nacionais. Ou seja, é necessário construir uma economia que conjugue uma menor dependência do exterior, com crescimento económico e com uma capacidade acrescida para competir nos mercados globais; acreditamos ser esta a única forma de inflectirmos uma trajectória de sucessivos défices acumulados ao nível das balanças externas do país e das suas necessidades líquidas de financiamento externo, as quais estão na base da presente crise que o país está a atravessar.

2ª Linha de Força:

Para atingirmos este objectivo estratégico, Portugal precisa de baixar, acima de tudo, o seu **défi ce comercial**, colocando-o, em percentagem do PIB, em níveis que não ultrapassem o do crescimento deste. Tal implica que o peso das importações de bens e serviços no consumo final possa baixar para níveis mais próximos dos da média da União Europeia. Isso só pode ser obtido por 2 vias: a) por uma retracção abrupta do consumo e da



procura interna, com o conseqüente empobrecimento do país e dos portugueses; ou b) pela introdução de alterações qualitativas nos modelos produtivo e de consumo nacionais. Pela nossa parte optamos por esta última via, fixando como referencial intermédio o de colocar a taxa de cobertura das importações pelas exportações em valores próximos dos 90%.

Conseguir, simultaneamente, baixar o défice orçamental do país, mantendo uma dinâmica de crescimento sustentado da economia, implica ir para além da mera fixação de metas quantitativas para as exportações portuguesas e requer uma política que: a) por um lado, reduza a componente importada daquilo que exportamos, em especial, no que se refere à incorporação de energia – a intensidade energética do país aumentou nas últimas décadas ao contrário do que sucedeu na U. E.; b) que, simultaneamente, invista numa política de substituição de importações, por via da preservação e reactivação de uma estrutura produtiva de base nacional orientada para a satisfação da nossa procura interna, e de forma a conseguir assegurar uma maior competitividade face à concorrência que nos é feito do exterior.

3ª Linha de Força:

A estratégia de que o país necessita não se pode condensar em frases redutoras como “exportar mais (do mesmo)” ou na necessidade de uma maior concentração dos apoios públicos à economia no designado “sector exportador”. Ela implica, quer **alterações qualitativas no perfil daquilo que exportamos** e na forma como vemos a interacção das nossas empresas com o investimento estrangeiro, com as grandes empresas multinacionais e com outros parceiros existentes fora do país, quer também uma diversificação dos nossos mercados. Esta última acção terá que se traduzir em aumentos consistentes da nossa quota de mercado em relação aos mesmos, não podendo a nossa diplomacia económica acomodar-se, perante desequilíbrios que são gritantes em algumas das nossas relações



comerciais, e que resultam de regras desiguais praticadas quanto à entrada de produtos, como sucede, actualmente, nomeadamente, com o Brasil.

4ª Linha de Força:

Em todo este contexto, os **serviços** são um sector e uma componente da cadeia de valor cujo contributo se afigura essencial, apresentando um elevado potencial de crescimento em termos de exportações e de internacionalização. Possuímos, já hoje, uma balança de serviços positiva (que vem, aliás, atenuando o contributo negativo da balança de bens) mas que está, ainda, longe de esgotar o seu campo de ampliação futura. Ao longo da 1ª década deste século, a quota de mercado a nível mundial das nossas exportações de bens baixou de 0.38% para 0.32%, enquanto nos serviços a evolução se fez em sentido inverso, passando a mesma de uma quota de 0.60% para 0.62%; ou seja, a nossa quota mundial nas exportações de serviços é praticamente o dobro da registada nas exportações de bens, sendo de realçar o contributo das TIC que, de forma crescente, vêm transformando serviços «não transaccionáveis» em serviços «transaccionáveis».

O peso das exportações de serviços no total das exportações portuguesas, tem, por isso, todas as condições para continuar a aumentar, podendo um prazo curto, ultrapassar os 30% e progredir, até ao final da década, qualquer coisa como 10 p.p., aproximando-se de um valor próximo dos 40%.

O desafio que está colocado ao país em termos de procura externa é, acima de tudo, o de obter **ganhos em valor** e em **quota de mercado**. Para isso, é necessário aumentar o valor acrescentado gerado no país daquilo que exportamos, apostando, cada vez mais e principalmente, na diferenciação competitiva dos nossos produtos (bens e serviços), o que é, de forma crescente, pouco compatível com uma competitividade assente em mão-de-obra barata e pouco qualificada. É preciso, além disso, ter uma visão integrada dos produtos que exportamos, ou seja, abordá-los, considerando



todas as fases da cadeia de valor dos mesmos e não limitando-nos a considerar os possíveis exportadores do produto final. Uma política de incremento das exportações tem que englobar, a montante, todos aqueles que se podem inserir em cadeias de valor orientadas para o mercado global e, a jusante, conceber uma estratégia de maior aproximação relativamente à abordagem dos mercados de destino, nomeadamente, através do estabelecimento de parcerias adequadas com agentes/empresas locais.

5ª Linha de Força:

Os serviços comportam, em si mesmos, um conjunto de **vantagens na concretização desta estratégia** que importa evidenciar: a) primeiro, registam uma menor dependência das importações, pela reduzida incorporação de bens intermédios e pelo seu baixo consumo energético; b) em segundo lugar asseguram uma clara ascensão na cadeia de valor das nossas exportações, sendo, já hoje, os responsáveis pelo saldo positivo registado na nossa balança tecnológica cuja principal componente exportadora é imaterial; c) em terceiro lugar, asseguram um modelo de crescimento menos deslocalizável e menos destruidor de recursos não renováveis, ou seja um modelo mais intensivo em conhecimento e menos exigente em termos de capital fixo, podendo potenciar factores produtivos genuinamente nacionais, como sejam os seus recursos humanos e o território (terra e mar), integrando-os, em definitivo, nos factores chave da própria internacionalização, por via da capacidade do nosso território de atrair pessoas e empresas; d) por último, têm os serviços um maior potencial de crescimento em termos de ganhos de produtividade, o que advém, em grande medida, do progresso recente das tecnologias de informação e comunicação que lhes estão directamente associadas e do enorme impulso que algumas mudanças organizacionais, como seja na constituição de redes integradas em estruturas direccionadas para a prestação de serviços na economia global pode ter no desempenho das PME.



Se, no mercado da mão-de-obra menos qualificada, Portugal já não consegue competir, em termos de custos com o factor trabalho, com a generalidade das economias emergentes, quando abordamos o segmento mais intensivo em trabalho qualificado, o país não só deu um inegável salto qualitativo na melhoria do perfil do mesmo, resultante do investimento feito em educação e em I e D, como apresenta, ainda, uma vantagem-custo, face a países com prestações equivalentes, que não é irrelevante.

Proposta Globalizadora (eixo estratégico):

Considerando que estes são os reais desafios estratégicos para o país e que a criação de um novo ciclo de crescimento consolidado em Portugal implica um esforço concertado de todos (empresas, poderes públicos e responsáveis políticos), a CCP, na sequência do estudo agora concluído, propõe que ao nível das políticas públicas para a economia se inscreva como um **eixo prioritário** a afirmação de Portugal como:

UMA PLATAFORMA DE EXCELÊNCIA DE SERVIÇOS NA GLOBALIZAÇÃO

A mesma poderá ser, desde já, alavancada pela criação de uma **Rede de Cooperação Empresarial Multisectorial**.

Esta rede deverá contribuir, nomeadamente, para:

- ✓ A elaboração, implementação e acompanhamento de uma **Agenda Estratégica** para o desenvolvimento das exportações de serviços;
- ✓ Uma maior eficiência da nossa diplomacia económica, articulando-se com esta no trabalho a desenvolver localmente;



- ✓ Divulgar projectos demonstrativos (piloto) que se traduzam em novas abordagens ao nível do acesso aos mercados, dos modelos de negócio ou da oferta de novas soluções integradas;
- ✓ Fomentar o empreendedorismo, permitindo articular financiamento privado com incentivos públicos.

O trabalho a desenvolver ao nível da Rede terá que ser concomitante com políticas públicas que melhorem as condições da oferta de serviços com base em Portugal, através da potenciação das empresas globais já existentes e que estão instaladas no nosso país e do desenvolvimento de uma rede alargada de PME com vocação e presença exportadora e com capacidade para oferecerem soluções competitivas para as cadeias de valor globais.

No plano das políticas públicas, os serviços não reivindicam discriminações positivas em relação aos outros sectores de actividade, mas também não aceitam ser objecto de um tratamento desigual, quer a nível interno, quer face às suas congéneres da «zona euro».

Propostas ao nível do financiamento:

A CCP considera que as actuais taxas de juro a que a generalidade das PME se financiam no mercado (Das mais altas de toda a «zona euro») são incomportáveis e injustificáveis, nomeadamente, face às actuais condições de financiamento dos bancos junto do BCE.

As linhas de crédito com garantia pública (PME Invest e PME Crescimento) vieram atenuar parcialmente esta situação, embora venham sendo utilizadas, em grande medida, pelos bancos para renegociar/convertir anteriores créditos concedidos e continuando a serem de difícil acesso por parte de novas empresas ou por empresas sem um histórico junto da



banca, além de – na situação actual – afastar muitas empresas que devido à crise apresentam resultados negativos nos últimos anos ou viram a sua autonomia financeira regredir sem que, por esse facto, se devam considerar inviáveis. Também os prazos de carência e de amortização dos empréstimos destas linhas de crédito se afiguram pouco flexíveis, sendo que, claramente, discriminam as micro e pequenas empresas.

O escasso financiamento para investimento de médio e longo prazo, condiciona gravemente o aparecimento de novos projectos, nomeadamente ao nível do empreendedorismo, dificulta a inovação/reconversão de empresas, nomeadamente, visando reorientar as empresas para a internacionalização. O capital de risco e os «business angels» devem ser promovidos e tornarem-se caminhos alternativos, nomeadamente, para pequenas e médias organizações.

A este propósito o papel desempenhado pelo banco público **Caixa Geral de Depósitos** tem ficado muito aquém do que seria desejável, em praticamente nada se diferenciando da restante banca privada e chegando mesmo a oferecer piores condições que esta última ao nível do segmento das PME. A CCP tem uma posição claramente crítica em relação às prioridades de política de crédito desta instituição pública e considera essencial que o Governo redefina o papel da CGD, posicionando-o no mercado como banco de investimento, cujo destinatário principal deverão ser: as PME com projectos estruturantes e as empresas inseridas em processos de internacionalização da economia, nomeadamente, os resultantes de dinâmicas de empreendedorismo, ou de acções integradas de PME visando a sua inserção em redes globais. Só assim, faz sentido manter a Caixa como um banco público, colocando-o ao serviço das grandes linhas de política pública já assumidas e acordadas em sede de Concertação Social.

Por outro lado, a reformulação do **QREN**, enquanto principal instrumento disponível para impulsionar o investimento inovador, deve, por sua vez, ser



feita privilegiando projectos com impacto directo na competitividade das nossas empresas, sejam os mesmos de natureza individual ou colectiva. Os factores imateriais de competitividade; os planos de qualificação dos recursos humanos; a organização empresarial e a cooperação interempresas; a comunicação e o marketing, nomeadamente, com recurso às tecnologias digitais e à informação interactiva; e as iniciativas visando a orientação para os mercados globais, deverão ter um maior destaque nos apoios com financiamento comunitário, simplificando-se as condições burocrático-formais de acesso e os prazos de concessão dos incentivos.

Deverão também ser canalizados recursos reforçados destes programas para apoio ao empreendedorismo, nomeadamente, promovendo a exportação de projectos de franquia, utilizando, tanto quanto possível, as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, seja na promoção dos nossos produtos, seja enquanto possíveis parceiros de negócio.

Propostas ao nível fiscal:

Sem formular aqui propostas que impliquem alterações de política fiscal, também neste domínio existem diversos constrangimentos que condicionam a competitividade do sector dos serviços, estando os mesmos identificados apenas se requer vontade política para os ultrapassar.

Temos, assim: a) medidas que passam, essencialmente, por alterações do normativo interno; b) medidas que passam por alterações nos procedimentos administrativos; e, finalmente, c) medidas com implicações no domínio das relações bilaterais com outros Estados, que implicam negociações com os mesmos estando, eventualmente, sujeitas a um processo de implementação mais prolongado.

Começando pelas primeiras, considera a CCP fundamental que seja revisto o regime de eliminação de dupla tributação contido no Código do IRC, que constitui um entrave à internacionalização das empresas portuguesas.



Pequenas modificações do artigo 46º do Código do IRC poderiam trazer melhorias significativas neste domínio.

Relacionado ainda com o quadro legislativo, temos o problema dos critérios de conexão com o território nacional dos rendimentos obtidos por não residentes. Efectivamente, no presente quadro legal, muitas das prestações de serviços efectuadas por entidades não residentes são sujeitas a tributação por retenção na fonte em Portugal, limitando o interesse no estabelecimento de parcerias internacionais que, tantas vezes, se revelam imprescindíveis à internacionalização do sector dos serviços.

Os parceiros portugueses aparecem, por isso, muitas vezes em posição desfavorável, na medida em que tenham de fazer retenções na fonte relativamente a rendimentos que paguem ao estrangeiro.

Esta matéria encontra-se tratada no Código do IRC, artigo 4º, e no Código do IRS, artigo 18º. No fundo, bastaria alterarem-se estes normativos para se eliminar este constrangimento.

No leque do segundo conjunto de medidas merece destaque uma questão de âmbito procedimental. Para se invocar uma eliminação ou redução de taxa no quadro dos compromissos aceites por Portugal no plano internacional, exige-se a obtenção de certificações junto das autoridades fiscais de outros países, segundo modelos específicos, concebidos em Portugal, em vez de simples certificações emitidas segundo os hábitos de cada Estado. Impõem-se limites temporais ao uso dessas certificações consoante a natureza dos rendimentos e penalizam-se excessivamente pagamentos feitos sem respeito por essas exigências formais.

Tudo isto provoca entraves ao natural desenvolvimento de relações internacionais no quadro do sector dos serviços. Para as ultrapassar, bastaria, uma mudança de atitude por parte da Autoridade Tributária, que passaria por esta colocar a tónica do seu escrutínio numa análise substancial das operações e não numa apreciação meramente formal.



Finalmente, no domínio bilateral, é da maior relevância alargar a rede de tratados de dupla tributação, havendo a referir que, no quadro comunitário, existem países com mais de 90 tratados assinados, numero que é quase igual ao dobro dos que foram assinados por Portugal.

Contudo, a nosso ver, não bastará cingir a actuação do Estado Português ao alargamento da rede de tratados. Há que rever, também, certas matérias, como a manutenção da competência cumulativa do Estado na fonte em matéria de Royalties, assim como as reservas feitas pelo Estado Português neste domínio (*vg. pagamentos de software, locação de equipamento industrial, comercial ou científico ou de contentores, assim como da assistência técnica em conexão com o uso ou concessão do uso do referido equipamento ou contentores*).

Importará, também, que se tenham presentes as opções tomadas por outros países em matéria de tributação na fonte e alinhar-se com as melhores soluções de forma a não induzir pela via fiscal perdas de competitividade.

Propostas ao nível das “infraestruturas” e da envolvente empresarial:

Por último, no que se refere à **envolvente empresarial** e às chamadas **“infraestruturas” de apoio**, a CCP considera que muito continua por fazer ao nível das políticas públicas, seja no plano da «diplomacia económica», seja ao nível das condições de atractividade do território e da criação de condições favoráveis para atrair investimento estrangeiro ou alargar a nossa base exportadora pela captação de não residentes. Destacaremos apenas alguns pontos particularmente sensíveis.



No plano das **“infraestruturas”** destacamos a importância de assegurar a rápida instalação de redes de telecomunicações em banda larga, garantindo como contrapartida competitividade de custos e inovação na oferta dos serviços suportados por essas redes.

Ao nível da **“diplomacia económica”** afigura-se essencial dotar as nossas estruturas públicas direccionadas para o apoio à internacionalização (nomeadamente, as embaixadas) dos meios adequados para se constituírem como instrumento de apoio efectivo às nossas empresas, não apenas em acções gerais de promoção do país e dos seus produtos, ou quando ocorrem visitas de representantes do Estado português, mas desenvolvendo um trabalho no terreno de identificação de parceiros de negócio, orientando as empresas na busca dos interlocutores adequados e facilitando, ou promovendo mesmo, encontros de negócio personalizados. Por razões óbvias, afigura-se-nos que os países de expressão portuguesa devem merecer uma atenção especial da nossa “diplomacia económica”.

Ao nível do **ensino/formação e da I e D**, as políticas públicas devem ir no sentido de intensificar a ligação das mesmas ao mundo empresarial, apoiando o intercâmbio com não residentes e procurando reforçar o contributo das grandes empresas para o esforço de investigação a desenvolver no nosso país (em particular de empresas multinacionais residentes). Os programas de ensino necessitam, por seu lado, de ser reajustados à realidade do sector dos serviços, e de passar a integrar de forma mais explícita uma cultura de empreendedorismo. A cultura universitária ainda continua a ser muito dominada pelos paradigmas da economia industrial e a visão ainda prevalecente vê o estudante como alguém que apenas pretende vir a obter um emprego por conta de outrem. Também a formação técnica nas áreas específicas da economia internacional deve ser reforçada nos cursos superiores, colocando-a ao serviço das políticas de internacionalização a desenvolver.

10/04/2012



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

O SECTOR DOS SERVIÇOS E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA

APRESENTAÇÃO DAS LINHAS GERAIS DO ESTUDO

Dr. José Manuel Félix Ribeiro

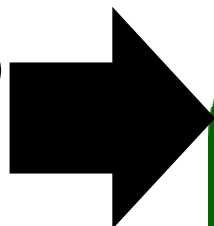
Projecto co-financiado por:



1.
INTRODUÇÃO:
CINCO DOCUMENTOS BASE



**OBSERVANDO
O MUNDO**



2.
**AS CIDADES
E A COMPETITIVIDADE
DOS SERVIÇOS:
CASOS EUROPEUS**

Autores
Joana Chorincas e
Fátima Azevedo

1.
**OS SERVIÇOS,
A GLOBALIZAÇÃO E AS
TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO**

Autor
António Manzoni

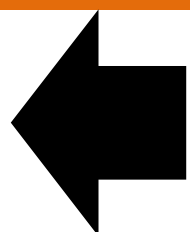
3.
**A TERCIARIZAÇÃO DA
ECONOMIA PORTUGUESA E A
INTERNACIONALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS**

Autor
Arménia Claro

4.
**EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS:
COLOCANDO PORTUGAL NO
MAPA DA GLOBALIZAÇÃO**

Autores
Joana Chorincas e
José Félix Ribeiro

**PORTUGAL -
PONTO DE
PARTIDA**



**PORTUGAL - A CAMINHO DO
FUTURO**



5.
**O PAPEL DOS SERVIÇOS
NO REPOSICIONAMENTO DA
ECONOMIA PORTUGUESA
NA GLOBALIZAÇÃO**

Autor:
António Manzoni

2.

**UMA ABORDAGEM UNIFICADORA:
CRESCER APOIANDO-SE NA
GLOBALIZAÇÃO**



PORTUGAL: UM IMPERATIVO DE CRESCIMENTO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO (I)

- ▶ Numa pequena Economia Aberta que se “virou para dentro”, a retoma do crescimento tem que assentar numa nova vaga exportadora e não apenas no aumento das atuais exportações para novos mercados



Tem que assentar na abertura de oportunidades no mercado exterior suficientemente vastas para que justifiquem um aumento substancial e continuado do investimento no sector exportador.



PORTUGAL: UM IMPERATIVO DE CRESCIMENTO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO (II)

- ▶ Uma nova vaga exportadora, que implica a atractividade e o reconhecimento pelo exterior, é incompatível com um empobrecimento generalizado e prolongado no tempo



A mão-de-obra barata e desqualificada deixou de ser há muito o factor de atractividade num país europeu (mesmo quando rotulado de "periférico)



Um processo de empobrecimento generalizado levaria à saída, em larga escala, de recursos humanos qualificados para o exterior e ao definhar da oferta de serviços de alta qualidade que respondem a uma procura exigente



PORTUGAL: UM IMPERATIVO DE CRESCIMENTO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO (III)

- ▶ A retoma do crescimento exige, em particular, um aumento da produtividade do capital, travando todo o investimento infra-estrutural que não contribua decisivamente para máxima conectividade internacional do País (ou se destine a responder a riscos naturais de grande relevância societal).
- ▶ Ao mesmo tempo que se deveriam criar as condições para que o investimento infra-estrutural já realizado no País, e muito pouco utilizado na geração de produto mercantil, seja gerido por quem possa valorizá-lo graças a empreendimentos para visitantes e novos residentes.



PORTUGAL: UM IMPERATIVO DE CRESCIMENTO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO (IV)

- ▶ **A retoma do crescimento, num período de austeridade interna, exige uma dinâmica do mercado interno que tem que contar com a atracção de rendimento vindo do exterior, não só como turismo, mas sobretudo como acolhimento de dezenas de milhares de novos residentes vindos da Europa.**



Atracção de residentes que podem contribuir também para animar as actividades imobiliárias e de construção, valorizando activos hoje acumulados no sector bancário como crédito mal parado.



PORTUGAL: UM IMPERATIVO DE CRESCIMENTO PELA INTERNACIONALIZAÇÃO (V)

- ▶ Num período, que pode ser prolongado, de limitação da capacidade de financiamento interno - público e dos bancos comerciais -, esta vaga exportadora tem que assentar em actividades pouco intensivas em capital e muito intensivas em competências e conhecimentos, que se encontram quase todas nos sectores de serviços ou em produtos industriais muito transformados por serviços (I&D, Design e Marketing).



- ▶ Deixando para o investimento directo internacional o investimento industrial em sectores mais intensivos em capital que possam localizar-se em Portugal, devido ao seu posicionamento e características geográficas e às suas opções geoeconómicas.



3.

UMA ABORDAGEM UNIFICADORA:

**ENCONTRAR FUNÇÕES NA
GLOBALIZAÇÃO QUE VALORIZEM
QUATRO FACTORES DE ATRACTIVIDADE
DE PORTUGAL**



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (I)

- ▶ Na globalização, o processo de criação de valor na generalidade dos bens e serviços surge associado ao conhecimento (tecnologia e imaterial) e, nesse sentido, “desmaterializa” os produtos, os objectos adquirem, por um lado, novas valências tecnológicas que resultam da incorporação do conhecimento e, por outro, utilidades simbólicas que ultrapassam as suas propriedades físicas.
- ▶ A competitividade na globalização, mesmo na produção de bens industriais assenta na inovação, na geração de conhecimento, na criatividade e no talento, ou seja, na dinâmica e na modernização permanente do sector dos serviços.



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (II)


Para assegurar o reposicionamento competitivo da economia portuguesa na globalização é indispensável a existência:

- ▶ **De um sector de serviços diversificado, especializado, integrado nas redes globais com capacidade de fornecer soluções integradas para várias cadeias produtivas.**
- ▶ **De metrópoles (e cidades) competitivas e integradas nos nós da globalização como espaços qualificados que potenciem a inovação e atraiam capital, competências e rendimento do exterior, sendo *Hubs* de serviços.**



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (III)

Atrair empresas multinacionais para Portugal em áreas de serviços intensivas em tecnologia supõe reconhecer o que elas procuram:

- ▶ **Recursos humanos qualificados a custos salariais competitivos;**
 - ▶ **Instituições de ensino e de I&D a que sejam reconhecidas qualidade e capazes de gerar um fluxo sustentado de talentos;**
 - ▶ **Um tecido vibrante de empresas locais que possam vir a desempenhar (sob formas variadas) funções nas suas cadeias globais;**
 - ▶ **Oportunidades de demonstração de novos conceitos à escala real, facilitadas pela liberalização de sectores e actividades;**
 - ▶ **Localizações com infra-estruturas de conectividade internacional de primeira categoria - telecomunicações, aeroportos e serviços de transporte aéreo.**
- 


PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (IV)

A Globalização abre a Portugal um conjunto de Oportunidades de encontrar "Vagas Exportadoras" que se articulem com um dinamismo do mercado interno e, desse modo, permitam consolidar Crescimento, explorando um conjunto de Factores de Atractividade distintivos de Portugal



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (V)

Destaque para Quatro MACRO Factores:

- ▶ **Localização (física, horária, etc.) e Espaço disponível**
 - ▶ **Ambiente e Recursos Naturais.**
 - ▶ **Competências Tradicionais em áreas Tecnológicas, da Engenharia e da Indústria.**
 - ▶ **Existência de Pólos de Conhecimento e de novas Competências resultantes do maior programa de Formação Avançada de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologias da História Contemporânea do País.**
- 

PORTUGAL: MACRO FACTORES DE ATRACTIVIDADE

**Pólos de
Conhecimento e
Novas
Competências**

**Competências
Tradicionais -
Indústrias e
Engenharias**

**Ambiente e
Recursos Naturais**

**Localização e
Espaço Disponível**



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (VI)

Para além das actividades tradicionais que se podem consolidar e desenvolver, no estágio actual da Globalização, e apoiando-se nestes quatro MACRO Factores de atractividade, podemos antecipar oportunidades futuras a quatro níveis:



PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (VII)

Plataforma de Prestação de Serviços às Empresas Globais & de Geração de novas Empresas Internacionalizadas

Polo de desenvolvimento e Teste de Novos Conceitos Urbanos-Mobilidade, Energia e comunicações

Outsourcing
TI
Centros de competência, I&D
Demonstração de soluções

Polos de Conhecimento & Novas Competências

Competências Tradicionais —Indústrias & Engenharias

Qualificação de Talentos
I&D e Inovação Empresarial
Conectividade Digital & Aérea
Presença Ciberespaço
Qualidade Vida Urbana
Atratividade Fiscal
Flexibilidade Mercado Trabalho

Ambiente & Recursos Naturais

Localização & Espaço disponível

Automóvel
Aeronáutica
Eng^a oceanica

Polo de Serviços de Acolhimento & Saúde, Engenharia Biomédica & Entretenimento Digital

Plataforma de Integração & Manutenção industrial

PORTUGAL: OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (VIII)

Plataforma de
Prestação de
Serviços
às Empresas
Globais e de
Geração de Novas
Empresas
de Serviços
Internacionalizadas

Pólo de Serviços
de Acolhimento
& Saúde,
Engenharia
Biomédica
e Entretenimento
Digital



Pólo de
Desenvolvimento e
Experimentação
de Novos Conceitos
Urbanos – Mobilidade,
Energia, Comunicações

Plataforma de
Integração &
Manutenção
Industrial
(Aeronáutica;
Engenharia
offshore,
Automóvel)

PORTUGAL OPORTUNIDADES NA GLOBALIZAÇÃO (IX)

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ACTUAÇÃO PARA EXPLORAR ESTAS OPORTUNIDADES

- ❑ **Conectividade Internacional**
- ❑ **Potencial de Inovação**
- ❑ **Crédito & Capital de Risco**
- ❑ **Tributação**
- ❑ **Mercado de Trabalho & Formação**



Um desafio para a Acção: Criar uma Rede de Cooperação Empresarial multi- setorial que PERMITA

- ▶ **Atrair o Investimento Directo Estrangeiro, nomeadamente no que respeita às actividades de I&D, a centros de competência e ao *outsourcing* de serviços por empresas multinacionais a partir de Portugal**
- ▶ **Promover o Investimento Directo e outras formas de presença de empresas portuguesas no Exterior (como o franchising) criando as bases para multiplicação de empresas portuguesas com presença global**
- ▶ **Tendo como base o desenvolvimento de uma rede de PME com vocação e presença exportadora, que prestem serviços para o mundo e ofereçam soluções competitivas para as cadeias de valor globais.**



Fim da apresentação

